



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

LUSOFONIA: CABO VERDE E A LÍNGUA PORTUGUESA

Ludmila Jones Arruda

Universidade Presbiteriana Mackenzie¹

ludmila_jones@yahoo.com

Identidade

Este artigo destaca alguns aspectos de questões identitárias em um local onde a língua portuguesa é falada por uma minoria da população, embora a língua seja oficial, como é o caso de Cabo Verde, país insular africano colonizado por Portugal.

Para que seja possível discutir tais questões, é necessário, antes, tratar do conceito de *identidade*. A definição mais comumente conhecida coloca a identidade como um conjunto de características que definem um indivíduo, como: nome, idade, estado, profissão, sexo, entre outras. Muitas dessas características que definem um indivíduo não são estáticas (como estado, profissão, idade etc.), pois estão sempre em processo de contínua transformação.

Compreender a identidade como um processo dinâmico permite aproximação com a definição dada por Ciampa (1987), que defende o caráter de metamorfose que a identidade traz consigo, pois, ainda que tenha uma aparência imutável, mudanças ocorrem frequentemente nos elementos construtores de identidade. Em outras palavras, pode-se dizer que o indivíduo não se define somente por características fixas, como as características genéticas, mas, principalmente, pelas atividades que exerce e pelos diferentes papéis e funções que assume em cada situação. Somos professores, alunos, filhos, pais, etc. e carregamos conosco todas as características de que precisamos em cada momento, em cada situação. Podemos afirmar, então, que a identidade vai sendo construída sempre como resultado dos vários processos de interação pelos quais

¹ Este trabalho, inserido nas pesquisas da Dissertação do Mestrado em desenvolvimento sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Regina Helena Pires de Brito, tem o apoio financeiro do Fundo Mackenzie de Pesquisa-MACKPESQUISA.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

passamos ao longo da vida. Nesse sentido, são as experiências vividas que a transformam e a modificam: as identidades

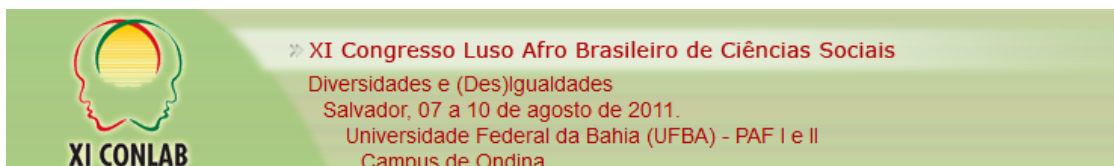
não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2000, p. 108 apud BRITO; HANNA, 2010, p. 77)

Apesar de o termo poder ser igualmente associado à qualidade de “ser idêntico”, quando se trata da identidade de um indivíduo, são as características que possibilitam a diferenciação dos demais e a percepção de ser distinto as mais relevantes.

Da mesma maneira que se considera a identidade individual, pode-se pensar, também, a identidade coletiva. A identidade coletiva recebe fortes influências do “lugar” em que se origina, ou seja, da sociedade em que se insere, pois “a partilha de problemas comuns que provocam reações análogas podem levar a uma tomada de consciência da identidade e da solidariedade” (RÉMY, 1983, p. 99), o sujeito individual contém, na formação da própria identidade, elementos da identidade coletiva.

A identidade coletiva reúne em si elementos comuns a co-habitantes de determinada comunidade social que a distinguem das demais. Quando a comunidade em questão se trata de uma nação, a questão identitária passa a considerar aspectos históricos, como se a identidade nacional se constituísse de toda uma herança cultural construída ao longo dos anos de formação dessa nação. Nesse sentido, “uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua [...]” (THIESSE, 1999 apud FIORIN, 2010). Para que todos esses elementos constituam, de fato, uma identidade nacional é necessário que sejam assimilados e defendidos pelos indivíduos atuantes dessa nação, a fim de que possam sentir-se, também eles, partes constituintes dessa nacionalidade.

Nesse contexto, a língua é um importante elemento revelador da identidade, mas que transcende a identidade nacional, já que há línguas que, do ponto de vista político, representam, oficialmente, diversos países, como é o caso da língua portuguesa. Nações diferentes (que constituem os chamados países de língua oficial portuguesa: Angola,

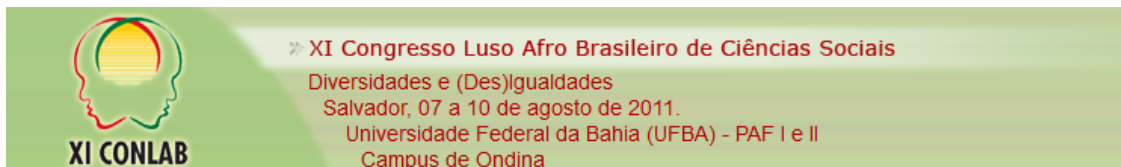


Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) com histórias e contextos culturais também distintos, acabam sendo “unidas” por uma mesma língua oficial. Mira Mateus (2002) exemplifica a situação de Brasil e Portugal que, unidos por uma mesma língua, possuem características culturais diferentes. É possível ver as diferenças na religião, na música, nas artes plásticas e literárias, e ainda, na língua, que mesmo sendo a mesma, apresenta diferenças tanto na modalidade oral como na escrita. “A identificação cultural é a realização, para cada pessoa, de uma determinada cultura abstratamente considerada. [...] Essa identificação está ligada aos hábitos, crenças, atividades artísticas, relações parentais e sociais do mesmo restrito, em que o indivíduo está inserido” (p.68).

Sendo a língua portuguesa manifestada e presente nas diferentes culturas, procuramos estudar a seguir a maneira pela qual a língua portuguesa se manifesta em alguns países lusófonos.

Lusofonia

Ao tratar de aspectos identitários dos países lusófonos, faz-se necessário apontar a conceituação de lusofonia que norteia o presente artigo. De forma sucinta, entende-se por lusofonia um sistema de comunicação no âmbito da língua portuguesa que compreende os países e comunidades que a adotam como língua oficial, como é o caso dos oito países (já mencionados) integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e dos demais lugares como Macau (na China) e Goa (na Índia), (BRITO; BASTOS, 2006, p. 72). Há, entre os estudiosos dos países de expressão em língua portuguesa, certas divergências em relação ao uso do termo *lusofonia*, pois há aqueles que defendem que, devido ao fato da sua natureza etimológica e semântica remeter à Lusitânia, ou ao prefixo luso, vindo do latim *lusu* significar lusitano, ou algo relativo a Portugal, esse termo ainda esteja muito ligado à origem portuguesa, o que reforçaria todo o histórico de dominação das antigas colônias de Portugal cujos processos de independência foram mais traumáticos, dando uma falsa ideia de superioridade portuguesa em relação aos demais



países que também se comunicam por meio da língua portuguesa. (cf. Brito; Bastos, 2006).

Adota-se, aqui, uma conceituação de lusofonia livre dessa centralização na metrópole, procurando levar em conta os diversos aspectos do uso da língua portuguesa muito além da sua função comunicativa. Enxergar a língua portuguesa também como uma maneira de manifestação da cultura das diversas comunidades que a utilizam é fundamental para se entender a lusofonia como um “espaço de cultura” (como lembra Fiorin, 2006) que trabalha a unidade linguística (a língua portuguesa) ao mesmo tempo em que destaca todas as especificidades dessas comunidades, manifestadas também pelo uso particular que fazem da língua.

Com base em Lourenço (2001), é possível perceber que não há um proprietário absoluto da língua portuguesa. A língua pertence a todos os seus usuários, a todos aqueles que dela se apropriam da maneira que julgam mais adequada dentro de determinado país, comunidade ou situação comunicativa.

Seguiremos percorrendo sobre a questão da língua portuguesa em Cabo Verde juntamente com a língua crioula. Sabe-se que, neste país insular africano, a língua crioula se alastrou de forma quase homogênea e é falada em todo o arquipélago, tendo pequenas variações entre uma ilha e outra. Ao mesmo tempo, discutiremos a forma que a língua portuguesa é vista e usada pela população, assim como a maneira que o uso das línguas crioula e portuguesa pode afetar a questão identitária do povo.

Quadro Linguístico

Considerando apenas a questão da língua para aqui tratarmos um dos aspectos da questão identitária, discorreremos brevemente acerca da língua falada, escrita e utilizada pela população cabo-verdiana.

É importante ressaltar que, nos países africanos de língua portuguesa, embora haja a oficialização do português, a maioria da população não faz uso dessa língua na comunicação cotidiana. No caso de Cabo Verde, por exemplo, a língua usada para comunicação é o *crioulo*, conhecido também como *língua cabo-verdiana*. Essa língua é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

usada em situações informais, como no dia-a-dia e entre familiares. Muitas vezes, o primeiro contato que a criança tem com a língua portuguesa, língua oficial, do ensino e da administração, é na escola, em que precisa aprender a falar e ainda, a escrever em uma língua que não faz parte das suas relações familiares.

Para que seja possível compreender a existência de uma língua “secundária” que faz o papel de “principal”, vale esclarecer como o crioulo se formou nas ilhas.

Antes inabitada, as ilhas de Cabo Verde foram tomadas pelos portugueses em torno de 1460, que, nos anos seguintes levaram com eles, um grande número de escravos vindos de várias partes da África. Com a proporção muito maior de escravos, “em 1582, para 13.700 escravos, havia em Santiago e no Fogo talvez uma centena de brancos” (CARREIRA, 1972 apud DUARTE, 1998, p. 87), a língua usada para a comunicação entre eles, não podia ter sido, apenas, a língua portuguesa. Considerando a diferença entre os próprios africanos, que, vindo de partes distintas, falavam línguas diferentes, tiveram que ‘criar’ uma língua para a comunicação. Sendo a dominação portuguesa, a língua dos dominadores foi usada como forma de comunicação entre eles, porém, os africanos usaram uma forma que auxiliaria na compreensão entre senhores e escravos, como explica Caniato (2002): “O aparecimento dos crioulos se deveu à necessidade de comunicação entre portugueses e povos das costas africanas [...]” (p.130). Essa ‘forma’ que tem base portuguesa, pode ser chamada de ‘proto-crioulo’. A partir daí, o processo de “crioulização” da língua foi se alastrando de maneira rápida pelas ilhas, sempre utilizando características da língua portuguesa juntamente com as das línguas maternas: “utilizaram os lexemas portugueses com a sintaxe das suas próprias línguas, mas numa perspectiva de autonomização estrutural” (DUARTE, 1998, p. 37). Em longo prazo, o crioulo foi se tornando a língua materna da comunidade dominada e dos descendentes portugueses. A língua crioula se espalhou pelo arquipélago, e existe, atualmente, pelo menos duas variedades de crioulo: Barlavento (norte) e Sotavento (sul).

É importante ressaltar que os portugueses ainda tentaram expandir o uso de sua língua materna na ilha:

Para a generalização do pensamento imperial, para a unidade da cultura, para o pan-lusitanismo e verdadeira nacionalização, parece-me se deveria aconselhar que se procurasse expandir o uso da nossa língua, utilizando se preciso for os



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

meios coercivos nos edifícios públicos e em actos oficiais se proibisse o emprego do crioulo. (MOURA apud FANHA, 1983, p. 292)

No entanto, os falantes de língua portuguesa sempre estiveram em número inferior, o que dificultaria o alastramento da língua. Nos séculos seguintes, o crioulo foi ganhando força e sendo falado por toda a população. Era difícil encontrar alguém na ilha que falasse as duas ‘línguas’:

Não havia o bilinguismo generalizado, o grupo de falantes monolíngues crioulos sempre foi muito numeroso. Era mais provável o falante de português como língua materna ter o crioulo como segunda língua do que o inverso. O crioulo foi conquistando os falantes portugueses. (FANHA, 1983, p. 297)

Com o crioulo ganhando espaço, fica claro que as classes mais elevadas também aderiram ao uso da língua cabo-verdiana, como Almeida (1934):

O crioulo não é só falado em todas as classes inferiores da população cabo-verdiana como ainda nas mais elevadas, encontrando-se até, nestas, senhoras e crianças que só falam o crioulo quando em família e reuniões de sociedade ou se exprimem em português com sotaque do crioulo. (ALMEIDA, 1934, p.74)

Com a criação da escola primária, a partir de 1817, as crianças começaram a ter o acesso ao ensino da língua portuguesa. Como as crianças não tinham o contato com a língua no ambiente doméstico, o aprendizado de um novo idioma para elas era uma tarefa extremamente difícil, pois não conseguiam entender o sentido de se adquirir um idioma que não usariam no seu dia-a-dia. Pelo fato de a língua portuguesa ser a única ensinada na escola, há o sentimento por parte da população de que o crioulo seja uma língua inferior à língua portuguesa. Pela maneira como o idioma do ex-colonizador é ensinado – seguindo os modelos da gramática normativa – as crianças entendem que no português há um sistema definido e padronizado que não é encontrado no crioulo e que o crioulo é uma “forma menos correcta do português” (FANHA, 1983, p. 297). Como explica Caniato (2002):

As línguas crioulas oferecem um sistema gramatical mais simples do que o sistema primitivo, ocorrendo entre a fase inicial e a da sua constituição a simplificação ou eliminação das flexões nominais e verbais: ausência de distinção de gênero e de marcador do plural; verbos não flexionados; ausência de hipotaxe, etc. (2002, p. 131)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Essa é uma das razões de a língua portuguesa ser mantida como a língua oficial do país, mesmo após a independência em 1975. O fato de não haver uma sistematização do crioulo faz com que tal língua seja uma mera forma de comunicação informal, sem um sistema definido.

Porém, é inegável que a língua crioula faça parte da cultura do povo cabo-verdiano pelo fato de essa língua ter resistido a muitas imposições portuguesas. Duarte (1998, p. 100) afirma que “uma forte consciência de identidade cultural” é capaz de explicar a sobrevivência dessa língua crioula nas ilhas. “[...] a sua permanência nas ilhas [...] é a prova máxima de que o crioulo, tal como a morna ou a cachupa, faz parte do patrimônio cultural do cabo-verdiano”. Pode-se dizer que, baseado em toda uma história passada com a língua crioula, essa língua local, para o cabo-verdiano tem mais importância do que a língua portuguesa, embora ainda não seja uma língua oficial do país². Como já foi discutido anteriormente sobre a questão identitária, o povo carrega consigo marcas da identidade que são adquiridas na vivência, na cultura, e principalmente na língua de sua formação. Isso porque a língua é capaz de expressar a forma de pensar de certo povo, pois é por meio dela que se representam os pontos de vistas, a vivência, as experiências. É a manifestação mais visível que uma pessoa tem de expor suas ideias.

Após a independência, embora o português tenha permanecido como língua oficial, o crioulo passou a ser utilizado de maneira mais abrangente, já que não existia mais imposição portuguesa. Como língua oficial, o português é o idioma ensinado nas escolas – mas o que tem acontecido, segundo Duarte (1998) é que a língua é ensinada como se fosse uma língua ‘natural’ para o povo. Conforme mencionamos, como as crianças, muitas vezes, chegam à fase de alfabetização sem saber a língua portuguesa, o aprendizado fica comprometido e a língua é vista por elas como se fosse uma língua ‘estrangeira’. Ainda segundo Duarte, faz-se necessário uma mudança no sistema de ensino para que as crianças dêem mais valor à língua portuguesa e a veja como uma língua que faça realmente parte do país, mas sem desmerecer a língua crioula:

² De acordo com o *website* do governo do país, o Estado estuda a possibilidade da oficialização da língua caboverdiana juntamente com a língua portuguesa, conforme se encontra em <http://www.governo.cv/>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Torna-se, pois, necessário, modificar entre nós os métodos de ensino da língua portuguesa, procurando, ao mesmo tempo, resolver o problema das interferências resultantes do contacto entre o português e o crioulo (DUARTE, p. 210).

E como o português é a língua oficial do país,

é claro que não se pode aprendê-lo exactamente como se se tratasse de uma segunda língua, como se aprende o francês ou o inglês. [...] Tem-se de aprender de tal modo que se possa utilizá-lo como se fosse língua materna. (DUARTE, p. 215)

Na transcrição abaixo de uma parte do discurso do escritor cabo-verdiano Filinto Elísio, pode-se ter uma noção de como se dá essa vivência entre as línguas cabo-verdiana e portuguesa no dia-a-dia. É o que ele coloca em uma das suas respostas ressaltando a importância da língua portuguesa e a convivência com o crioulo:

[...] Vivemos numa sociedade que tem muitas línguas (o que é uma riqueza nossa), vivemos numa sociedade crioula, crioula de cultura e crioula de língua [...] e temos a grande riqueza de ter o português como segunda língua, mas como língua nacional. E nós escritores somos “lusógrafos”, mas obviamente, eu vivo e projeto em crioulo para uma quase tradução simultânea nos livros. [...] Obviamente expresso em língua portuguesa o sentimento crioulo de Cabo Verde [...]. (Mesa com Escritores – Ouro Preto-MG - 10 de novembro de 2010 – transcrição nossa)

Interessante como o escritor coloca que mesmo escrevendo em língua portuguesa, a maneira pela qual ele pensa é em crioulo, e, ao escrever, o que se passa é a transcrição do que foi primeiro pensado e imaginado em crioulo. Ao mesmo tempo, ele ressalta a importância da língua portuguesa para a identidade, afirmando, na mesma ocasião, que dessa forma, é capaz de pensar e compreender em duas línguas diferentes.

Um fato histórico que marca a história de Cabo Verde é a questão diaspórica, ocorrida principalmente por volta dos anos 70, antes da independência. Muitos cabo-verdianos foram para a Europa procurando novas oportunidades, visto que, em Cabo Verde, poucos eram os que tinham acesso a novos empregos, a melhores salários e boas condições de vida. Com a saída dos cabo-verdianos para outros lugares, a língua crioula era a língua que permanecia com eles nessa vivência. Duarte (1998) informa esse dado importante:

Em França, tivemos ocasião de encontrar filhos de portugueses, de polacos, de húngaros, de armênios que desconheciam a língua dos pais. Ora, os filhos e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

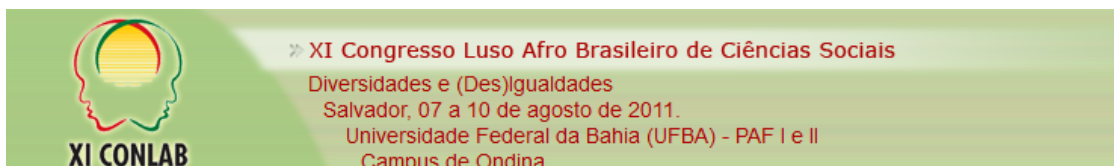
netos de cabo-verdianos, onde quer que se encontrem falam o crioulo em família. Mas ignoram o português, que não os identifica como cabo-verdianos (DUARTE, 1998, p.101)

Pode-se concluir que, o crioulo é um relevante traço identitário de Cabo Verde. Há, para o cabo-verdiano, uma importância um pouco maior do que a língua oficial, o português. A língua portuguesa é reconhecida como a língua das situações administrativas, econômicas e sociais do país. O fato de ela ter sido mantida como língua oficial deve-se, também, à facilidade de estabelecer relações internacionais, que seria mais viável com uma língua utilizada também por outros países. Com a língua portuguesa, os cabo-verdianos têm um âmbito maior de comunicação, enquanto que, com o crioulo, essa possibilidade não lhe é alcançada. Uma opção como essa poderia levar o país a um isolamento cultural, social e econômico inevitável.

Sendo o crioulo um grande aspecto identitário do cabo-verdiano, seria importante a valorização dessa língua no território nacional. A utilização do crioulo, já que é natural para o cabo-verdiano, sendo, embora, não praticado no uso escolar, deveria ser um pouco mais incentivado pelo governo. Se compararmos com o caso de Timor-Leste, também ex-colônia portuguesa, pode-se observar um mesmo histórico linguístico: o idioma falado amplamente pela população é o *tétum*, uma língua nacional que se alimenta do português. Diferentemente de Cabo Verde, os timorenses mantiveram as duas línguas como oficiais: a língua nacional, o *tétum*, e o português. Hull (2001) chama a atenção para a importância de se manter a cultura nacional, neste caso de Timor-Leste:

O governo deve dar um importante apoio à língua nacional em todos os domínios e encorajar activamente todos os cidadãos para que a utilizem com confiança. Convém também proporcionar o desenvolvimento do *tétum* como uma língua moderna, aprovando para isso um sistema ortográfico apropriado, publicando dicionários e gramáticas. Os escritores em *tétum* devem ser acarinhados e incentivados. (HULL, 2001, s/p)

Medidas semelhantes seriam importante contributo para uma valorização nacional, que também poderia se aplicar a Cabo Verde. Isso poderia ser positivo, ainda, para uma melhor assimilação da língua portuguesa. Se o crioulo não fosse banido nas escolas, as crianças poderiam ter um maior aproveitamento escolar e um melhor desempenho no aprendizado de outro idioma. Essas medidas não ocasionariam a



desvalorização do português, mas seria dada, assim, uma maior atenção ao crioulo, evitando aquele sentimento de que o português seria a única língua “válida” a ser utilizada. Uma nova forma de conceber e tratar o crioulo, dando-lhe, por exemplo, o estatuto de língua, numa situação de oficialidade juntamente com o português, poderia fazer diferença, de tal modo que a proximidade das duas línguas pudesse favorecer, de fato, o reconhecimento do português, também, como representativo da identidade nacional de Cabo Verde.

Bibliografia

ALMEIDA, João. A população de Cabo Verde. In: *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial/ Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. II. Porto; 1934. p. 51- 75.

BRITO, R. H. P. de e BASTOS; N. M B. Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In: Martins, M. L. ET AL (org.) *Comunicação e Lusofonia*. Porto: Campo das Letras. 2006. pp. 65-77.

BRITO, Regina Helena Pires de; HANNA, Vera Lúcia Harabagi. Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões. In: Bastos, N. M (org) *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC, 2010. p. 75-87.

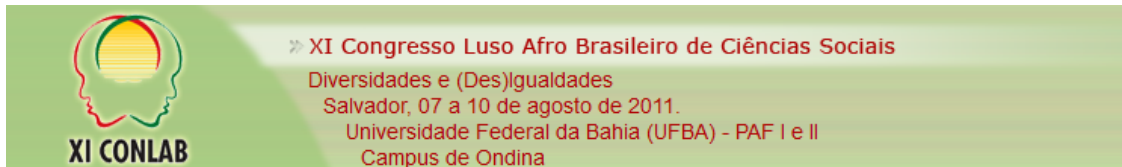
CANIATO, Benilde Justo. Língua Portuguesa e Crioulas nos Países Africanos. In: *Via Atlântica – nº 5 – São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*, 2002 p. 128-138.

CARREIRA, António. Cabo Verde – *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Lisboa, 1972.

DUARTE, Dulce Almada. *Bilinguismo ou Diglossia? As Relações de Força entre o Crioulo e o Português na Sociedade Cabo-verdiana*. Praia: Spleen Edições, 1998.

FANHA, Dulce Pereira. Aspectos do contacto entre o português e o crioulo de Cabo Verde. In: CINTRA, L. F. L. et alii. (Eds.). *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (Lisboa 1983), Vol. II. Lisboa: ICALP, 1988, p. 292-310.

FIORIN, José Luiz. A lusofonia como espaço linguístico. In: Bastos, N. M. *Língua portuguesa reflexões lusófonas*. São Paulo: PUC-EDUC. 2006. p. 25-47



_____. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In: Bastos, N. M (org) *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC, 2010. p. 49-62.

HULL, Geoffrey. *Timor-Leste – Identidade, Língua e Política Educacional*. Lisboa: Instituto Camões, 2001

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MATEUS, Maria Helena Mira. *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

RÉMY, J. *Identité et altérité: processus de spatialisations individuelles et collectives*. Paris: Espaces et Cultures, 1983. pp. 97-115